

As duas almas de um livro. História e Consciência de Classe entre o marxismo tradicional e o marxismo heterodoxo

Vladimir Puzone*

Resumo:

A partir do conceito de reificação, gostaria de propor um breve reexame de *História e Consciência de Classe* tendo em vista dois eixos temáticos, e mostrar, ao mesmo tempo, a fertilidade e os impasses do livro. Por um lado, ao descrever a naturalização das relações sociais capitalistas, Lukács pretendia atacar os limites e as contradições das duas correntes dominantes do marxismo, incorporadas pela social-democracia alemã e pela ortodoxia da III Internacional. Por outro, trata-se de mostrar que a descrição da reificação foi acompanhada por uma leitura particular do período histórico no qual o autor compôs seus textos.

Palavras-chave:

História e Consciência de Classe; György Lukács; marxismo; capitalismo; estabilização; integração.

The two souls of a book. History and Class Consciousness between traditional and heterodox Marxism

Abstract:

Taking the concept of reification as a point of departure, I would like to review *History and Class Consciousness* in face of two themes, and at the same time show both the fertility and the impasses of the book. On the one hand, describing the naturalization of capitalist social relation, Lukács wanted to attack the limits and contradictions of the two dominant currents of Marxism, incorporated by the German Social-democracy and the III International Orthodoxy. On the other hand, I would like to show how the description of reification was associated with a peculiar reading of the historical time in which the book has been written.

Key words:

History and Class Consciousness; György Lukács; Marxism; capitalism; stabilization; integration.

*Doutorando pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Este texto é resultado, em parte, de um capítulo de minha dissertação de mestrado, *Da Revolução à Integração*. A trajetória do proletariado vista por Max Horkheimer, e de um capítulo sobre Lukács em minha tese de doutorado a respeito dos problemas da estabilização do capitalismo para o autor e para a teoria crítica.

Em seus 90 anos de publicação, *História e Consciência de Classe* continua a ser um livro fértil, não apenas porque abriu, ao lado de *Marxismo e Filosofia*, uma nova seara teórica no interior do marxismo, mas, sobretudo, porque suas discussões ainda mostram força diante da atual configuração do capitalismo mundial. Certamente, nem todas as posições defendidas por György Lukács nesses ensaios podem ser mantidas à luz do desenvolvimento histórico. No entanto, seus ensaios continuam a inspirar novas gerações de estudiosos e ativistas políticos, tendo em vista a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade na qual os indivíduos possam de fato ser livres e autônomos. Somente uma profunda discussão a respeito dos conceitos mobilizados na obra, assim como o confronto com o diagnóstico do período histórico em que foi escrita, permite entrever os motivos que fazem dela um livro perene. Não pretendo, aqui, fazer esse debate de maneira exaustiva, o que demandaria um trabalho do qual um simples artigo não pode dar conta. Gostaria de propor algo mais simples, a saber, perscrutar em que medida o livro se inseriu nos debates de sua época a respeito das transformações do capitalismo. Embora os textos não sejam isentos de crítica, creio que tal reexame possa ajudar a mostrar como a obra de Lukács é decisiva para o entendimento e a transformação de nossa sociedade, especialmente para uma discussão a respeito da estabilização das relações sociais capitalistas. Sendo assim, minha leitura do texto tem por objetivo discutir dois elementos básicos: 1) ao publicar seus ensaios, Lukács procurou dar conta do problema posteriormente chamado de “integração da classe operária”; 2) a questão das mudanças estruturais do capitalismo teve uma particular recepção nas formulações lukacsianas do livro. A ideia aqui é mostrar como essas duas questões são centrais para o entendimento da obra e não podem ser dissociadas uma da outra.

Em geral, as leituras a respeito do livro tratam dos problemas que giram em torno do conceito de reificação, especialmente a partir do ensaio que leva seu nome. Conceitos paralelos como “consciência de classe”, “marxismo ortodoxo” e “antinomias do pensamento burguês” fizeram que o livro ganhasse destaque imediatamente após sua publicação, dando origem a uma acalorada discussão no seio das organizações comunistas internacionais. As expressões “marxismo tradicional” e “marxismo heterodoxo”, acima aludidas, fazem referência justamente aos momentos distintos dos quais Lukács partiu na elaboração de seus textos e, mais importante, procuram demonstrar em que medida o autor se posicionou diante dos debates de sua época¹.

Sabemos, por meio da publicação recente de “Caudismo e Dialética”, que Lukács entendia a relação entre teoria marxista, natureza e sociedade de maneira bastante distinta da ortodoxia da III Internacional, representada nas discussões a respeito do texto lukacsiano por Abram Deborin e László Rudas. Neste texto, escrito em defesa aos ataques desferidos contra seus ensaios publicados em 1923, Lukács reafirmou sua crítica mordaz ao entendimento tradicional do marxismo em relação à natureza e à questão sujeito-objeto, posições construídas a partir dos textos tardios de Engels. Além disso, e mais importante para a discussão empreendida neste trabalho, encontramos no opúsculo escrito entre 1925 e 1926 uma reafirmação da teoria da consciência de classe tal qual exposta em *História e Consciência de Classe*².

De maneira sucinta, é possível dizer que Lukács rebateu as críticas feitas a seus trabalhos a respeito do elemento subjetivo na formação de uma consciência proletária revolucionária. Retomando um debate típico da filosofia marxista do período, Rudas postulava a independência do desenvolvimento histórico em relação à consciência. Lukács procurou rebater esse argumento mostrando como a consciência de classe do proletariado

1 O próprio Lukács, no ensaio “O que É Marxismo Ortodoxo”, teceu críticas à maneira como a obra de Marx era apropriada na época. Para o autor, não se tratava de ver em textos como *O Capital* algo como um livro sagrado, que contivesse verdades intemporais. Nesse sentido, Lukács pôde fazer uma afirmação hoje bastante famosa: “Suponhamos, pois, mesmo sem admitir, que a investigação contemporânea tenha provado a inexistência prática de cada afirmação de Marx. Um marxista ‘ortodoxo’ sério poderia reconhecer incondicionalmente todos esses novos resultados, rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado, por um único instante, a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (LUKÁCS, 2003, p. 64). Embora suas críticas ao marxismo da época ainda sejam pertinentes, tomo os termos “ortodoxo” e “heterodoxo” da maneira como usualmente se entendeu a expressão “marxismo ortodoxo”, sobretudo se levarmos em conta o destino particular que o marxismo tomou na literatura soviética. Não deixa de ser interessante observar que essa oposição pode ser tomada como síntese daquilo que o filósofo húngaro procurava evitar a qualquer preço, a ossificação das obras de Marx e seus sucessores em um sistema fechado, refratário a críticas e incapaz de lidar com o presente histórico e as transformações do capitalismo. Além disso, uso o termo “marxismo heterodoxo” no sentido dado por Maurício Tragtenberg na introdução do livro *Marxismo Heterodoxo*: “O ‘marxismo heterodoxo’ coloca em discussão dogmas aceitos acriticamente pelos militantes e teóricos dialéticos” (TRAGTENBERG, 1981, p. 7).

2 É bem verdade que o texto, como já foi apontado, constituiu uma transição entre o marxismo inicial de Lukács e suas concepções mais próximas dos textos de maturidade, e que o autor transitava entre a crítica radical e a afirmação enérgica de seus pressupostos anteriores (TERTULIAN, 2001, p. 31). No entanto, se estou levando em consideração “Caudismo e Dialética” é porque Lukács fazia no texto uma defesa veemente de seus argumentos contra o marxismo ortodoxo de seus críticos, expondo as feridas abertas deixadas pela publicação de seus ensaios.

teria um papel fundamental a cumprir na construção da revolução socialista, já que possuiria uma função ativa e diferente de qualquer outra classe: “a relação entre consciência e ser é ordenada de maneira diferente pelo proletariado em relação a todas as classes anteriores que emergiram na sociedade” (LUKÁCS, 2002, p. 50). Lido à luz de *História e Consciência de Classe*, este trecho descreve brevemente as formulações contidas nos ensaios daquele livro.

Como se sabe, Lukács afirmava que o proletariado seria a única classe capaz de sair das malhas da dominação capitalista – justamente porque sua força de trabalho é uma mercadoria. Ao vender sua força de trabalho e inserir-se no processo de produção, o trabalhador faz movimentar a naturalização das relações sociais, já que ele é reduzido a mero apêndice da máquina, isto é, ele se torna mero objeto da produção capitalista. Essa mesma objetivação oferece, porém, a própria possibilidade de fuga das malhas da reificação, pois o processo de trabalho também mostra como o trabalhador é o sujeito que faz mover todo o processo.

Antes de tudo, o trabalhador só pode tornar-se consciente do seu ser social se se tornar consciente de si mesmo como mercadoria. Seu ser imediato o insere – como foi mostrado – como objeto puro e simples no processo de produção. Quando esse imediatismo se mostra como consequência de diversas mediações, quando começa a ficar claro tudo o que esse imediatismo pressupõe, as formas fetichistas da estrutura das mercadorias começam a desintegrar-se: o trabalhador reconhece a si mesmo e suas próprias relações com o capital na mercadoria. Enquanto ele for incapaz na prática de se elevar acima desse papel de objeto, sua consciência constituirá a *autoconsciência da mercadoria* ou, expresso de modo diferente, o autoconhecimento, o autodesvendamento da sociedade capitalista, fundada sobre a produção de mercadorias, sobre relações de mercado. (LUKÁCS, 2003, pp. 340-1, grifos do autor)

Assim, o ponto de vista do proletariado seria superior ao da burguesia porque o sujeito e o objeto do processo histórico estariam *potencialmente* reunidos na figura do trabalhador.

Ao mesmo tempo, no entanto, caberia ao partido proletário um papel central na formação da consciência de classe, pois, presa em sua forma imediata, a consciência dos trabalhadores não seria capaz de ultrapassar os dados imediatos da realidade e de formular claramente os problemas históricos do capitalismo, ligados à dominação de classe e à crise do capitalismo. Para demonstrar a validade de sua tese, Lukács se fazia valer do exemplo da revolução húngara. Segundo ele, o destino desse levante comunista teria sido outro caso se tivesse atentado ao elemento “subjetivo”. Assim, ele procurava apontar para as deficiências da política revolucionária na Hungria, em especial por conta da ausência de um partido comunista que ajudasse as massas de trabalhadores a elevar o nível de sua consciência.

Além disso, Rudas e Deborin incorreriam, em seus comentários, nos mesmos equívocos que a crítica burguesa da sociedade: fatalismo e mecanicismo. Seus críticos teriam permanecido presos às formas espontâneas da consciência proletária, o que os impedia de ver o elo, essencial segundo Lukács, entre partido revolucionário e destruição das formas de sociabilidade capitalista. Na medida em que a questão da interação dialética entre sujeito e objeto era desconsiderada, ou ainda, a relação entre a classe trabalhadora organizada em partido e as condições históricas que a cercam, Rudas e Deborin não seriam capazes de conceber o fenômeno da reificação. Somente o conhecimento das “formas de objetivação” próprias do capitalismo lhes garantiria uma concepção mais acurada da realidade do capitalismo e, portanto, das tarefas políticas a serem executadas.

Tais formas constituem justamente o alvo do conceito de reificação. Tendo em vista a imensa bibliografia consagrada ao tema, farei apenas um breve resumo dos aspectos que considero centrais para a discussão aqui ensejada. O que pretendo, ao retomar a teoria da reificação de *História e Consciência de Classe*, é procurar entender se é possível extrair do texto de Lukács elementos para uma reflexão sobre a estabilidade das relações capitalistas no século XX, sem esquecer, certamente, os impasses e contradições que a reprodução da sociedade burguesa encontrou em suas diversas formas. Em princípio, os textos do filósofo e revolucionário húngaro pouco permitiriam estabelecer qualquer relação entre suas análises e o problema da estabilização, sobretudo a estabilização econômica³. De fato, Lukács jamais escreveu qualquer texto sobre o assunto. A despeito disso, é possível extrair elementos de sua obra que nos permitam pensar na questão da reprodução da sociedade burguesa, a começar por um de seus mais famosos ensaios, “A Reificação e a Consciência do Proletariado”. Mas não se trata apenas de verificar como sua teoria da

3 Entendo por estabilização o fato de que as relações sociais capitalistas possam ser reproduzidas de maneira contínua e sem maiores sobressaltos. Evidentemente, não é possível falar de capitalismo sem mencionar suas crises, isto é, sem falar de suas contradições. No entanto, creio que uma das capacidades mostradas até agora pela sociedade burguesa diz respeito a suas contínuas transformações, que permitiram que as relações de exploração e dominação fossem tomadas como ordem natural e aceitas pelo conjunto dos indivíduos. Isso não significa, porém, que o capitalismo tenha conseguido superar suas barreiras. Ao contrário, a noção de estabilização implica reconhecer que essas barreiras podem ser mais flexíveis do que se supõe comumente, e que o capitalismo se move dentro delas.

reificação lançaria as bases para reflexões acerca da estabilização do capitalismo e, mais especificamente, sobre a aceitação da ordem social burguesa pelas classes dominadas. Embora os ensaios contidos em *História e Consciência de Classe* sejam a base para análises posteriores a respeito de problemas semelhantes, os escritos de Lukács também podem jogar alguma luz sobre discussões anteriores à sua publicação, especialmente quando temos em mente os debates acerca das mudanças do capitalismo, tema central para as tradições da II e III Internacional.

Dessa forma, seria possível descrever o livro de Lukács como um ponto de inflexão das reflexões do marxismo a respeito dos problemas impostos pelas transformações do capitalismo. Por um lado, Lukács elegeu como uns dos centros de sua análise, ainda que de forma bastante problemática, a crise vivida no início do século XX. Para isso, ele se utilizou daquilo que ele considerava o melhor do marxismo de então, os textos de Rosa Luxemburgo e Lênin. Por outro lado, mas ainda fazendo referência a esses autores, o filósofo húngaro discutiria também os problemas da incorporação da ordem capitalista por parte dos trabalhadores. Esse problema, mais tarde chamado de integração, teria como centro das preocupações lukacsianas as concepções e atividades da social-democracia europeia e, sobretudo, alemã. Segundo Lukács, a mobilização da classe operária feita por essa vertente do marxismo corresponderia, no fundo, à aceitação e à adaptação à ordem burguesa, problema central refletido no conceito de reificação.

Vemos, assim, que o conceito de reificação tem um papel essencial no combate às ortodoxias, já que a noção da formação de uma consciência de classe é fundamental para a crítica e a superação dos processos de coisificação próprios à forma mercadoria. Ao trazer à tona do debate a noção de fetichismo originária do primeiro capítulo de *O Capital*, Lukács tinha em mente recuperar uma passagem da crítica da economia política esquecida por grande parte dos teóricos marxistas do período. Sem esse conceito, seria impossível aos olhos do autor uma política proletária que conseguisse efetivamente superar a ordem capitalista. Ao mesmo tempo, Lukács tinha em vista uma retomada da herança hegeliana por parte da teoria marxista. Não se trata, portanto, apenas de um projeto teórico ou filosófico alternativo às correntes dominantes no marxismo do início do século XX e em torno do estatuto metodológico das obras de Marx. Trata-se, também, de avaliar como o recurso a Hegel se impôs como uma tarefa política.

Ainda que se possa incorrer no risco de uma generalização forçada, é possível dizer que o marxismo das internacionais teria se aproximado de uma técnica social aplicada⁴. A relação entre Marx e Hegel foi posta em segundo plano, tendo em vista a própria crítica marxiana ao filósofo alemão. Qualquer ligação com o idealismo, mesmo que de modo negativo, afastaria o marxismo de seu verdadeiro objetivo, a revolução socialista. Além disso, ela seria um sinal de revisionismo. Dessa forma, o marxismo era entendido enquanto um sistema de leis que explicaria o funcionamento da história. Por sua vez, isso tornava possível estender a dialética aos domínios da natureza. Em contraposição, Lukács e Korsch apontaram para um aspecto essencial do marxismo, então soterrado diante da ossificação das ortodoxias. Tratava-se de ressaltar, no confronto entre Marx e Hegel, o lugar central da história no pensamento desenvolvido pelo primeiro.

Assim, o conceito de reificação pode ser referido a duas ordens de problemas no interior da obra lukacsiana. Por um lado, como já vimos, ele fez parte da recuperação da tradição hegeliana no interior do marxismo. Por outro, embora procurasse descrever um fenômeno básico da sociedade capitalista, Lukács empreendeu, ao mesmo tempo, uma crítica às formas de organização tomadas pelos partidos operários a partir do fim do século XIX. Essa remissão à história, central para a crítica lukacsiana, não deixaria de apresentar problemas na construção dos argumentos de *História e Consciência de Classe*.

Ao longo de sua exposição a respeito da consciência de classe “correta”, Lukács rejeitou quaisquer dados empíricos e históricos para defini-la, isto é, rejeitou as formas de consciência imediatamente dadas pela realidade concreta. Existe uma espécie de paralelo entre o indivíduo concreto, seja ele proletário ou burguês, e a incapacidade de reconhecer os traços fundamentais da sociedade capitalista. Isso tem que ver com a concepção de “totalidade”, crucial no desenvolvimento do livro. Para Lukács, a “totalidade” seria uma categoria distintiva do marxismo em relação a todas as outras filosofias e estaria radicada nas teses de Hegel. “A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes, constitui a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova” (LUKÁCS, 2003, p. 105). Somente uma teoria que levasse em conta a relação entre as mediações e a totalidade da existência social, ou seja, entre os fenômenos concretos e sua essência, seria capaz de empreender uma transformação radical. Porém, os

4 Dizer que o estatuto teórico dessas duas Internacionais estaria reduzido a um mesmo denominador não exclui as diferenças gritantes, tanto a respeito do entendimento da teoria de Marx e sua validade nas condições históricas de então quanto às respectivas linhas partidárias. Trata-se de ressaltar, no entanto, um aspecto comum às duas linhas políticas. Da mesma forma, as críticas endereçadas à maneira como cada uma delas entendia o marxismo não eram unívocas. Como se sabe, os comentários de Lukács tinham por alvo principal a social-democracia alemã. Cf. Korsch (1977, pp. 11-59), especialmente o capítulo “A Situação Atual do Problema ‘Marxismo e Filosofia’ (Também uma Anticrítica)”.

indivíduos, lançados à sua sorte, seriam incapazes disso, pois eles não teriam acesso imediato a esta totalidade. Caberia à organização da classe em partido essa atribuição. “A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade; e se o sujeito deseja compreender a si mesmo, ele tem de pensar o objeto como totalidade. Somente as *classes* representam esse ponto de vista da totalidade como sujeito na sociedade moderna” (LUKÁCS, 2003, p. 107, grifo do autor). A força do método dialético consistiria precisamente nisso: a possibilidade que ele contém de se tornar o autoconhecimento da realidade. O indivíduo, por sua vez, liga-se àquilo que é imediato e, assim, fica impossibilitado de atingir as mediações necessárias para a visão do todo. Ele estará sempre preso nas malhas da reificação. Resta-lhe, no máximo, vislumbrar leis abstratas e parciais a respeito do funcionamento do capitalismo. Dessa forma, Lukács recusava uma identificação com a consciência de classe realmente existente, empírica e psicológica, que os trabalhadores pudessem ter. Se o acesso à totalidade depende do uso correto das mediações, então somente uma consciência atribuída pode mediar classe e conhecimento do todo social. Mais do que isso, a consciência de classe pode ser vista como uma racionalização das experiências dos trabalhadores no processo de produção efetuada pelo partido.

É possível, no entanto, perceber como sua teoria da reificação tinha um alvo bastante específico e descrevia, a despeito de sua recusa inicial, as concepções sociais e políticas da classe trabalhadora derrotada pela contrarrevolução. Além da derrota do levante húngaro, *História e Consciência de Classe* também foi extremamente influenciado pelos acontecimentos na Alemanha entre o fim do século XIX e o início do século XX, processo histórico cujo ápice foi atingido com o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, o que contou com a anuência do partido social-democrata.

O *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* nasceu em meados do século XIX e desde então se constituiu como uma das forças sociais centrais da Alemanha imperial. Sob sua égide organizou-se a classe trabalhadora industrial, cujo crescimento se fez acompanhar do desenvolvimento vertiginoso encampado pelo capitalismo alemão. No início do século, o SPD conseguiu alcançar o *status* de partido político mais importante do país, sem o qual era impossível fazer caminhar as decisões parlamentares. Ao lado deste crescimento em termos eleitorais, a social-democracia criou e expandiu organizações não apenas políticas, como partido e sindicatos, mas também culturais e sociais, tais como clubes de recreação, cooperativas e jornais. O tamanho do impacto exercido por essa evolução sobre os membros de outros partidos operários europeus foi tão grande que o partido de Karl Kautsky passou a servir de modelo de organização.

Tal desenvolvimento não se deu, porém, de forma tranquila ou sem maiores percalços. Ao contrário, com o crescimento do SPD e os processos de reestruturação do capitalismo, aumentavam as dúvidas em relação ao marxismo, encarado até então como doutrina oficial do partido. Assim, ganharia destaque a figura de Eduard Bernstein, considerado o pai do revisionismo. Não apenas a teoria marxista deveria ser revisada à luz das transformações históricas ocorridas após a morte de Marx. As táticas e estratégias políticas com vistas à construção do socialismo deveriam ser, igualmente, reconsideradas. Estamos diante, pois, da famosa questão lançada por Rosa Luxemburgo em seu texto “Reforma Social ou Revolução?”: seria possível superar a sociedade capitalista sem uma revolução radical de suas estruturas? Em debate estavam duas teses, que marcam até hoje a história dos movimentos operários. A primeira diz respeito à possibilidade da derrubada do capitalismo sem que, para isso, sejam usados meios violentos, ou seja, a gradual conquista do estado por vias eleitorais daria lugar a reformas que reestruturassem o capitalismo, de maneira que os trabalhadores pudessem ter acesso a um bem-estar antes inimaginável. De fato, a importância ganha pelo SPD fez com que camadas dos trabalhadores alemães tivessem acesso a conquistas como aumentos reais de salários, assistência e seguridade social, educação e lazer. A segunda tese opunha-se radicalmente a essa visão e redundaria, no início da I Guerra Mundial, na ruptura entre os apoiadores da campanha militar e seus adversários.

Ora, a entrada de Lukács no Partido Comunista da Alemanha ocorreu justamente sob o impacto da devastação do conflito bélico e o início de várias rebeliões operárias por toda a Europa. A cisão entre social-democratas e comunistas, liderada por Luxemburgo, pode ser considerada o ponto mais alto de uma disputa acerca não apenas da fecundidade das obras de Marx, mas, especialmente, do lugar que a classe operária ocupava no capitalismo. Sendo assim, os esforços de Lukács foram empreendidos em grande parte contra aquilo que ele acreditava constituir um equívoco na organização política da classe trabalhadora e, portanto, o abandono de uma pretensão verdadeiramente revolucionária, que conseguisse efetivamente acabar com a estrutura social capitalista. Não por acaso, Lukács comparava as perspectivas teóricas da social-democracia em geral, e dos revisionistas em particular, ao pensamento burguês. É possível afirmar que o diagnóstico lukácsiano da reificação está diretamente ligado à sua crítica da social-democracia alemã da época, na medida em que esta recaía em posições semelhantes às da burguesia, ou seja, que sua estrutura altamente burocratizada e verticalizada, ao impedir um estreito vínculo entre a cúpula organizadora e as massas populares, fazia que o proletariado incorresse ou em fatalismo ou em voluntarismo. Para ele, uma das características centrais das ideias nascidas com Bernstein seria, tal qual a ciência e a economia burguesas, o completo abandono de uma perspectiva da totalidade. Consequentemente, a revolução como elemento-chave do marxismo perderia sua força.

O desenvolvimento econômico da época imperialista tornou cada vez mais difícil acreditar nos simulacros de ataque contra o sistema capitalista e a análise “científica” dos seus fenômenos considerados isoladamente, no interesse da “ciência exata e objetiva”. Seria preciso tomar partido, não apenas politicamente, a favor ou contra o capitalismo. Quanto à teoria, também seria preciso fazer uma escolha: ou considerar toda a evolução da sociedade de um ponto de vista marxista e então dominar o fenômeno do imperialismo de modo teórico e prático, ou furtar-se a esse encontro, limitando-se ao estudo de aspectos isolados de alguma ciência específica. O ponto de vista monográfico é o que limita, de uma maneira mais segura, o horizonte do problema que toda social-democracia tornada oportunista teme enfrentar. Encontrando nos domínios particulares descrições “exatas”, “leis válidas intemporalmente” para casos específicos, ela apagou a separação entre o imperialismo e o período anterior. Estávamos no capitalismo em “geral” – cuja persistência lhes aparecia tão conforme à razão humana, “às leis da natureza”, como a Ricardo e a seus sucessores, economistas vulgares burgueses. (LUKÁCS, 2003, p. 110)

Lukács descrevia, assim, o meio social-democrata antes da guerra. De forma semelhante aos economistas burgueses, que estavam presos às determinações imediatas do capitalismo e acreditavam que esta sociedade constituía-se de leis naturais e imutáveis, a social-democracia deveria fracassar politicamente e até mesmo ficar aquém das estratégias da grande burguesia. Além disso, Lukács enxergava nas concepções de Kautsky, outro representante clássico da social-democracia, uma série de equívocos a respeito da própria relação a ser travada entre marxismo e classe operária.

O perigo ao qual o proletariado ficou incessantemente exposto desde seu aparecimento na história, ou seja, o de ficar aprisionado em seu imediatismo junto com a burguesia adquiriu com a social-democracia uma forma de organização política que interrompe artificialmente as mediações já penosamente conquistadas, para reduzir o proletariado à sua existência imediata, onde ele é um simples elemento da sociedade capitalista, e não, *ao mesmo tempo*, o motor de sua autodissolução e destruição. Essas “leis” fazem com que ele se submeta a elas de modo involuntário e fatalista (as leis naturais da produção), ou as assimile “eticamente” em sua vontade (o estado como ideia, como valor cultural). (LUKÁCS, 2003, p. 389, grifos do autor)

Como podemos constatar, os comentários críticos de Lukács em relação aos partidários do SPD trazem a marca da teoria do imperialismo de Lênin. Inspirando-se nas análises deste a respeito da nova fase do capitalismo, o filósofo húngaro afirmava categoricamente que a social-democracia seria uma expressão da aristocracia operária, interessada na conquista e expansão do mundo colonial. Sabe-se que, para Lênin, a divisão interna ao movimento operário era fruto da ligação intrínseca desta aristocracia com os ganhos advindos da exploração das colônias. Assim, as camadas superiores da classe operária seriam subornadas – o termo é do próprio Lênin – por meio dos superlucros obtidos pelas potências imperialistas (LÊNIN, 2008, pp. 9-14). Mais do que isso, e levando o argumento às últimas consequências, os membros do partido social-democrata constituiriam, para Lukács, nada mais que “guardiões da eterna ordem econômica capitalista, guardiões contra as consequências catastróficas e fatais a que os verdadeiros representantes do capitalismo imperialista levavam com olhos videntes e cegos ao mesmo tempo” (LUKÁCS, 2003, p. 114).

A percepção de Lukács de que a reificação atingia a classe trabalhadora não se limitava, porém, apenas à sua parcela dirigente ou bem-sucedida nos países mais ricos. Ao contrário, Lukács também levou em conta o fato de que a naturalização das relações sociais atingia o conjunto da classe de maneira imediata. Embora as passagens nas quais afirmava isso de maneira enfática fossem poucas, elas reconheciam que o desenvolvimento da classe trabalhadora havia levado a uma situação em que o autoconhecimento da essência capitalista ficava muito longe do esperado. Com a percepção de que a reificação tinha atingido um nível nunca antes visto, Lukács não teve dúvidas ao afirmar que havia “o perigo – pelo menos temporariamente – de submeter-se ideologicamente a essas formas vazias e ocas de cultura burguesa” (LUKÁCS, 2003, p. 410). Assim, essa contradição entre os postulados teóricos e a análise do momento histórico perpassa e move todo o livro, sem que Lukács conseguisse dar uma resolução a ela.

Tais circunstâncias históricas que atravessam os ensaios lukacsianos e que delimitam suas análises são, em geral, pouco observadas. Não se trata de dizer que o autor não tenha feito uma reflexão profunda a respeito da derrota das revoluções alemã e húngara, da qual tomou parte ativa. Sem dúvida, os estudos a respeito de *História e Consciência de Classe* são quase unânimes em apontar para o fato de que Lukács procurou responder a esta questão – não custa lembrar que a maioria dos textos contidos no livro foi escrita à luz dos problemas organizacionais dos partidos social-democrata e comunista, especialmente na Alemanha e na Rússia.

A exemplo de Karl Korsch, que dizia ser o marxismo uma teoria da revolução social, Lukács afirmou que a teoria marxista seria a expressão pensada da revolução. A questão que se apresentou aos autores dessa geração pode ser resumida da seguinte maneira: como manter o estatuto do marxismo *enquanto* teoria da revolução se a experiência concreta do movimento socialista e proletário indicava a reversão das expectativas de boa parte de seus membros, sobretudo na Europa ocidental? Tanto o exame de Lukács quanto as explicações de Korsch levavam

em consideração o que eles acreditavam ser não apenas uma estagnação da luta emancipatória, representada pelos diversos partidos enrijecidos pelos moldes teóricos da II e da III Internacional, mas, em particular, um recuo político e social, ao mesmo tempo em que o método dialético e a relação do marxismo com o pensamento de Hegel deixavam de ser relevantes. Basta lembrarmos aqui as diversas críticas feitas em *História e Consciência de Classe* e em *Marxismo e Filosofia* a respeito das fraquezas teóricas, táticas e organizativas dos diferentes grupos que postulavam representar os verdadeiros bastiões da classe trabalhadora. De toda maneira, a subsunção às formas sociais ditadas pelos imperativos do capital fazia com que o estado de consciência das massas estivesse muito aquém do que poderia ser imaginado num momento de crise do capitalismo e revolução social. Assim, como pensar a superação das formas de objetividade impostas pelo capitalismo se estas mesmas formas eram progressivamente tomadas como uma “segunda natureza”?

Muito embora a discussão da reificação tenha sido uma das mais frutíferas, e não apenas no interior do marxismo, suas limitações podem ser esclarecidas por meio do exame dos pressupostos teóricos aceitos por Lukács. Trata-se de dizer que o confronto dos ensaios lukacsianos com os problemas referentes às transformações do capitalismo a partir do final do século XIX, suas crises e as resoluções por ele tomadas, torna sua leitura bastante dificultada. Não tenho receio de afirmar que esta leitura está de acordo com o próprio espírito do empreendimento das obras aqui citadas, isto é, que o marxismo tem de, a todo instante, rever sua própria trajetória a fim de lidar com os novos problemas que lhe são apresentados. Como disse o próprio Lukács no ensaio “Rosa Luxemburgo como Marxista”, uma exposição histórico-literária da gênese e das transformações dos problemas a serem tratados é uma maneira de fazer expor as transformações do próprio processo histórico (LUKÁCS, 2003, pp. 117-8).

Um dos pontos contraditórios da argumentação de Lukács consiste precisamente em sua concepção de crise. Esse aspecto de seus escritos parece pouco enfatizado pela literatura que se seguiu e procurou dar conta das questões postas pelo conjunto de textos do filósofo húngaro. Não se trata de dizer, evidentemente, que a importância do conceito de crise para Lukács não tenha sido ressaltada pelos comentadores e pela recepção do livro. Afinal, o próprio autor afirmava que a crise é um elemento crucial, que separa o proletariado da burguesia em relação à possibilidade de conhecer e transformar a sociedade. Pouco lembrado é o fato de que a teoria das crises proposta por Lukács possui várias lacunas e deficiências, que, a meu ver, enfraquecem seu argumento. Ela permite relacionar a letra do autor aos debates de cunho “econômico” da época e compreender como Lukács, tomado pela luta a favor da resistência socialista em face dos ataques da contrarrevolução capitalista, subestimou as tendências de época do capital e sua reorganização perante a crise. É preciso, pois, reconstruir a teoria das crises de Lukács tendo em vista as discussões sobre a reprodução do capitalismo e a possibilidade ou necessidade das suas crises.

Inúmeros foram os trabalhos publicados desde a morte de Marx a respeito da validade ou não de sua análise do capitalismo, sobretudo por conta das mudanças estruturais observadas a partir das últimas décadas do século XIX, tais como centralização, concentração e monopolização industrial, financeirização etc. Um dos primeiros textos a questionar o destino tomado pelo capitalismo na época foi o livro de Eduard Bernstein, publicado em 1899, *Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*. Em um capítulo intitulado “O Desenvolvimento Econômico da Sociedade Moderna”, o autor destacava as transformações do capitalismo, como a crescente formação de cartéis, a ampliação do mercado mundial e a melhoria na qualidade de vida nos países avançados. Segundo Bernstein, tais mudanças exigiriam uma revisão da teoria marxista (BERNSTEIN, 1997). Assim começaram as discussões a respeito da força e da fraqueza do capitalismo, particularmente no que diz respeito à sua capacidade de expansão. Chama a atenção nessas discussões, sobretudo, a estreita relação entre o tema da reprodução capitalista e suas crises sociais e econômicas, isto é, a análise da reprodução mostra-se inseparável da análise das crises. Desde o início do século XX até a época da II Guerra Mundial, este foi um tema fundamental na literatura marxista (a respeito desses debates, cf. BERTELI, 2000; SHAIKH, s.d.; SWEEZY, 1986, pp. 153-169; e COLLETTI, 1986).

A lista de autores que se concentraram no tema é bastante extensa. Ao lado dos já citados Luxemburgo, Bernstein e Kautsky, aparecem os nomes de Rudolf Hilferding, Otto Bauer, Heinrich Cunow, Tugan-Baranowski, entre outros. Os debates entre eles foram marcados pela seguinte questão: o colapso do capitalismo era possível ou poderia ser evitado? Um ponto importante dessa controvérsia era entender se as ferramentas teóricas deixadas por Marx ainda seriam válidas com as transformações do capitalismo, entre as quais estão os problemas da reprodução e da crise. É preciso ficar claro o fato de que Marx não sistematizou sua teoria a respeito do último tema. Isto teria consequências importantes, já que desde a publicação dos Livros II e III de *O Capital* seguiram-se diferentes interpretações do conteúdo do texto. Uma pergunta central girava em torno da possibilidade ou não de existir uma teoria do colapso no livro de Marx, questão até hoje aberta, muito embora ela tenha perdido sua importância.

Esse debate ensejado pela social-democracia também esteve no centro das atenções do autor de *A Teoria do Romance*. No entanto, em vez de tomar uma posição crítica em relação à construção de uma teoria das crises da II Internacional, Lukács pareceu aceitar de maneira tácita os argumentos mostrados nesse debate. Tacitamente, pois o autor húngaro não se ateve a uma discussão detalhada da teoria das crises, mas tão somente partiu de constatações mais gerais sobre os problemas enfrentados pelo capitalismo em sua reprodução. E, no entanto,

Lukács pareceu entrever, no último dos ensaios que compõem o livro, “Observações Metodológicas sobre a Questão da Organização”, um período histórico marcado, ao mesmo tempo, pela turbulência e pela reorganização.

Em qualquer situação em que o capitalismo possa se encontrar, sempre aparecerão possibilidades de solução “puramente econômicas”; resta saber apenas se essas soluções, saídas do mundo teoricamente puro da economia para a realidade da luta de classes, também são viáveis e executáveis na realidade. Para o capitalismo, portanto, seriam saídas – em si e por si – concebíveis. (LUKÁCS, 2003, p. 540)

Só entreviu, contudo, pois o tom geral da obra aponta para uma crise geral do capitalismo, sem que o autor tenha visto com maior precisão os mecanismos anticrise e regulatórios que se esboçavam na época e ganhariam força a partir dos anos 1930 – muito embora, neste último texto, ele já tenha percebido que as soluções para os impasses apresentados à reprodução do capital seriam encontradas para além da esfera estritamente econômica. Esse tópico seria de extrema importância para o marxismo que seguiu, de diversas formas, as trilhas deixadas por Lukács em 1923.

Por um lado, Lukács ressaltava a crise como símbolo dos limites da consciência da burguesia, já que admitir que o capitalismo estava em xeque representaria o reconhecimento da necessidade de outra forma de organização social. Por outro, o conceito de crise que o autor apresentava parece ser apenas formal, quando não insuficiente, na medida em que não dava conta da possibilidade que a crise representa, tanto para a burguesia quanto para o capital em geral, de um reordenamento da estrutura econômica e social, permitindo que o processo de acumulação voltasse a seguir seu curso normal. Vários são os aspectos a considerar para entender por que Lukács recorreu de maneira limitada à crise do capitalismo.

Na crítica do autor ao que ele chamou de marxismo vulgar, e cujo maior representante seria Bernstein, encontra-se uma dessas razões. Segundo Lukács, um marxismo que compreendesse a passagem do capitalismo ao socialismo como uma sucessão natural das leis econômicas estaria fadado à capitulação, da mesma maneira que o proletariado entregue à sua sorte – o que não significava senão entregar-se à contemplação. A aludida estrutura dos partidos social-democratas impedia que o proletariado atingisse a consciência necessária das contradições que marcavam a situação econômica e social da época, o que significava, para Lukács, a defasagem da consciência proletária em relação à crise.

Trata-se, isto sim, do fato de a consciência de classe do proletariado não se desenvolver paralela à crise econômica objetiva, de maneira linear e homogênea e em todo o proletariado; do fato de grande parte do proletariado permanecer sob a influência intelectual da burguesia, de o mais intenso desenvolvimento da crise econômica não arrancá-lo dessa posição; *portanto, do fato de o comportamento do proletariado, sua reação à crise ser muito menos violenta e intensa do que a própria crise.* (LUKÁCS, 2003, p. 538, grifos do autor)

Além disso, é possível afirmar que o diagnóstico de época do livro permaneceu preso à teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo, que deixava em segundo plano a análise das modificações estruturais do capitalismo, como os crescentes processos de concentração e centralização do capital, acompanhados pelo crescimento do capital financeiro. Lukács chegou a afirmar, no ensaio dedicado à revolucionária polonesa, que não era intenção sua investigar os problemas econômicos que a economia política clássica não foi capaz nem de perceber nem de resolver. A atenção do autor recairia, segundo ele mesmo, sobre o avanço metodológico decisivo representado pela obra de Luxemburgo. A autora teria cumprido um papel crucial em relação aos demais marxistas por ter se colocado, tal como Marx fizera, de maneira concreta em relação ao nível atual do desenvolvimento social. “No debate com Bernstein, Rosa expôs de maneira pertinente a inconsistência de uma ‘transição’ pacífica para a marcha do socialismo. Demonstrou convincentemente a marcha dialética do desenvolvimento, a intensificação permanente das contradições internas do sistema capitalista” (LUKÁCS, 2003, p. 497). Não deixa de ser surpreendente que Lukács, chamado de “o filósofo do leninismo” (ŽIŽEK, 2006), tenha dado pouca atenção à exposição de Lênin sobre o imperialismo, baseada, em boa parte, nas teses de Rudolf Hilferding acerca do capitalismo financeiro. Além disso, não se pode esquecer que o comunista húngaro debruçou-se na crítica do líder russo aos comentários da autora alemã. Não cabe aqui, por enquanto, discutir o julgamento de Lukács sobre Lênin, que dizia respeito à atribuição da importância do método – como se o marxismo se limitasse apenas ao método. Como bem observou um comentarista, os textos de Lukács se baseiam profundamente na concepção luxemburguista de um colapso iminente do capitalismo, dadas as crises de subconsumo (ARATO, 1972, p. 26). “De fato, as leis naturais do capitalismo levam inevitavelmente à sua última crise, mas no fim do *seu* caminho se encontraria a aniquilação de toda a civilização, uma nova barbárie” (LUKÁCS, 2003, p. 505, grifo do autor).

Talvez o texto de Lukács que mais dialogue diretamente com o problema das transformações seja aquele publicado em 1924, em que o autor faz uma homenagem às ideias de Lênin, morto naquele ano. Mais do que em qualquer outro lugar, Lukács teceu nesta obra comentários a respeito da caracterização do período histórico em que vivia. Para as intenções deste trabalho, não importa tanto saber se a interpretação feita de Lênin é adequada ou não. Mais importante é tentar vislumbrar como Lukács entendia as mudanças do capitalismo. Dentre os momentos

importantes dessa nova etapa, Lukács destacou a concentração do capital, a colonização e a importância crescente dos bancos. Colocava-se, então, a seguinte questão: constituiriam esses aspectos tão somente a evolução natural do capitalismo, ou seriam eles indícios de uma nova etapa, para a qual seriam necessárias novas formas de ação política? De fato, Lênin não teria sido o primeiro a supor uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, já que tanto Hilferding quanto Luxemburgo teriam reconhecido seus novos fenômenos. O que diferenciaria Lênin de outros teóricos do imperialismo estaria baseado em sua capacidade de ligar concretamente a teoria econômica aos problemas políticos concretos. Segundo Lukács, mesmo Rosa Luxemburgo, que teria desenvolvido uma teoria econômica bastante acurada do imperialismo e ligado as questões de economia à política, não teria sido bem-sucedida em reconhecer as forças sociais e políticas atuantes.

Embora o texto tenha sido escrito posteriormente aos ensaios de *História e Consciência de Classe*, podemos entrever em suas linhas uma argumentação muito parecida, especialmente pela ênfase dada à questão da organização de um partido proletário, fundamental para o surgimento de uma consciência de classe atribuída. Enquanto nos ensaios publicados em 1923 este problema aparecia de forma bastante matizada, já que Lukács ora se vinculava a uma posição luxemburguista, ora pendia para a necessidade de um partido centralizado, no texto em questão o autor já não tinha dúvidas: o partido leninista seria a única maneira de fazer que o proletariado alcançasse uma consciência de classe que desse conta dos problemas sociais centrais. Porém, essa passagem entre luxemburguismo e leninismo característica da obra lukacsiana não diz respeito apenas às suas concepções de partido e à maneira correta de organizar a classe trabalhadora. Ela também se referia à contradição fundamental, exposta por Lukács, entre a constatação do domínio da reificação e as possibilidades de escapar dela. Isso não significa que uma ou outra teoria tenha sido bem-sucedida em reverter a naturalização das relações sociais capitalistas. Ao contrário, a tensão entre Luxemburgo e Lênin pode ser um indício também das dificuldades de Lukács de lidar com os desafios que seu tempo histórico lhe impunha.

O problema posto em *História e Consciência de Classe* reapareceu no ensaio posterior, pois Lukács assumiu que o desenvolvimento do capitalismo tornaria possível a alguns estratos da classe trabalhadora se aproximar da pequena e da grande burguesia, tanto ideologicamente quanto em seu estilo de vida. Se, por um lado, Lukács ressaltava o fato de que o partido leninista rejeitava todo e qualquer mecanicismo, por outro, ele advertia:

(...) a atividade consciente do partido se baseia em um conhecimento claro da necessidade objetiva do desenvolvimento econômico (...). É sua tarefa prever qual direção o desenvolvimento das forças econômicas objetivas toma, em que consiste a atitude apropriada do operariado que surge dessas situações (LUKÁCS, 1977, p. 237, tradução minha).

Mas, então, surge uma série de questões: seria o conceito de “aristocracia operária” suficiente para descrever o estado em que se encontravam as massas de trabalhadores? Não seria este um conceito incompatível com a descrição do fenômeno da reificação, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo conseguia efetivar seu domínio como algo natural, a despeito de suas contradições? Teria o partido leninista, de fato, reconhecido as tendências centrais do capitalismo da época? Tendo em vista as posteriores discussões realizadas pela III Internacional, e especialmente sua dificuldade em identificar a ascensão do movimento nazifascista, a resposta não parece muito favorável a Lukács.

Quanto à crescente e decisiva participação do estado na economia, Lukács parece ter ficado um passo atrás em relação aos desenvolvimentos históricos de sua época. Tal comentário se justifica se levarmos em consideração o fato, muito comum na época, de que o estado recebia uma importância crucial na passagem do capitalismo para o socialismo. Para Lukács, a questão do estado resumia-se a saber qual seria seu papel na revolução proletária, sem observar sua ligação intrínseca com o capital. No fundo, os aparelhos estatais eram vistos como indutores do desenvolvimento, e não como um organizador da economia. “A questão é, portanto, saber se a função econômica e social do estado proletário é a mesma do estado burguês. Pode ele, na melhor das hipóteses, apenas acelerar ou entrar um desenvolvimento econômico independente dele (*isto é, completamente primordial em relação a ele*)?” (LUKÁCS, 2003, p. 503, grifos do autor.) Em resumo, Lukács não atentou para uma das consequências mais importantes das transformações por que passava o capitalismo no início do século XX: a intervenção consciente na economia. Para o autor, esta intervenção seria uma característica do estado proletário. Chega a ser espantoso o desdém de Lukács em relação a esses acontecimentos, taxando as “tentativas de socialização”, isto é, de uma reorganização social e econômica que teve no estado seu centro de gravidade e cujas tentativas foram empreendidas na Alemanha e na Áustria, de um “fracasso tragicômico” (LUKÁCS, 2003, p. 507) – lembremos que, no período em que *História e Consciência de Classe* foi publicado, ambos os países eram governados pelos partidos social-democratas.

Lukács talvez tenha enfatizado em demasia os aspectos da teoria política, tanto de Luxemburgo quanto de Lênin, em detrimento de suas contribuições à teoria econômica, muito em função de suas esperanças de que a revolução socialista pudesse se concretizar pela ação consciente do proletariado. Desta forma, é difícil deixar de observar que o conteúdo das teses de *História e Consciência de Classe* encontrou-se em sérias dificuldades diante dos desafios impostos pela crise dos anos 1930, embora tenha de ser feita a ressalva de que muitos de seus ensaios foram

escritos num período de forte efervescência da esquerda como um todo, e dos marxistas em particular. Mesmo assim, cabe questionar até que ponto Lukács foi incapaz de reconhecer as tendências econômicas e políticas que se desenhavam antes do *crack* da bolsa de valores de Nova York, ou, pelo contrário, se ainda não era possível entrever o que estaria por vir na década seguinte. Foi justamente essa crise que permitiu a alguns marxistas reformular o debate acerca dos rumos do capitalismo.

Um dos motivos para a insuficiência de *História e Consciência de Classe* em relação ao problema das crises reside justamente na crítica que Lukács empreendeu ao modelo marxista que pretendia derrubar. Ao longo de todos os ensaios, é explícita a visão de que a social-democracia limitava-se a reformular os dilemas encontrados pela burguesia diante dos problemas do capitalismo. Tal como o idealismo alemão e a economia política, na teoria elaborada pelos intelectuais da II Internacional os acontecimentos da história mundial só poderiam ser entendidos na forma de leis abstratas e eternas da natureza. Outra das críticas de Lukács à social-democracia da época remete à possibilidade de uma efetiva apreensão da objetividade de um fenômeno, isto é, do recurso desta corrente do marxismo ao arcabouço teórico das ciências naturais.

Por conseguinte, aquela “ciência” que reconhece como fundamento do valor científico a maneira como os fatos são imediatamente dados, e como ponto de partida da conceitualização científica sua forma de objetividade, coloca-se simples e dogmaticamente no terreno da sociedade capitalista, aceitando sem crítica sua essência, sua estrutura de objeto e suas leis como um fundamento imutável da “ciência”. (LUKÁCS, 2003, p. 74)

Essa remissão do marxismo significou, para o autor, a aceitação das próprias aparências objetivas produzidas pela sociedade capitalista, e, portanto, o afastamento do verdadeiro cerne do método dialético, caracterizado, segundo Lukács, pela primazia da totalidade. Por fim, o caráter histórico e passageiro da sociedade capitalista tornou-se obscuro, e as transformações de suas formas objetivas tornaram-se incompreensíveis.

Não chega a ser estranho, pois, que Lukács tivesse de se contrapor a esse tipo de análise com uma teoria do colapso. Isso se evidencia, novamente, no protagonismo da classe operária: “desde que a crise econômica final do capitalismo entrou em cena, o destino da revolução (e com ela da humanidade) depende da maturidade ideológica do proletariado, da sua consciência de classe” (LUKÁCS, 2003, p. 174, grifos do autor). Lukács acreditava que sem a ação decisiva do proletariado a humanidade estaria entregue à barbárie, o que não deixa de ser verdadeiro, se pensarmos nos acontecimentos históricos das décadas posteriores à publicação do livro, como o nazifascismo e a guerra mundial. No entanto, a visão de uma catástrofe iminente talvez tenha impedido não só o autor em questão, como também todo o conjunto do marxismo, em que pesem suas diversas correntes, de compreender cuidadosamente as modificações nas estruturas econômicas, políticas e sociais. Contraditoriamente, a visão de um colapso imediato do capitalismo pode ser o polo oposto da visão cientificista da teoria marxista, na medida em que as tendências da crise são transformadas também em dados objetivos. Mesmo que Lukács tenha combatido tanto em seus textos as concepções voluntaristas e fatalistas da ação política do proletariado, ele parece não ter atentado a esse problema no âmbito da economia.

No texto sobre a consciência de classe, Lukács postulava um paralelo entre o desenvolvimento da crise do capitalismo e a formação de uma consciência revolucionária do proletariado. Já no último dos ensaios, sobre a organização do partido, a posição do autor parece bem mais matizada. Resta saber se apenas dois anos, tempo que separa a redação de ambos, teriam sido suficientes para que ele revisse suas posições. É certo que Lukács era veementemente contrário a uma “teoria do reflexo” econômico, para dizer o mínimo, já que uma de suas críticas ao movimento operário organizado residia justamente no ataque a concepções imediatistas, que acabavam por afrontar a necessidade intrínseca do marxismo de buscar as devidas mediações. Tais concepções permeavam as teorias catastrofistas, criticadas pelo autor por acreditarem que o processo econômico conduziria automaticamente, por meio das crises, ao socialismo. Além disso, Lukács apontava para a necessidade de um espraiamento da crise das esferas econômica e política para os domínios da cultura e da ideologia, tendo em vista o despreparo tanto dos partidos socialistas e comunistas quanto da própria classe operária para lidar com essas questões.

Essa é, portanto, uma das contradições mais agudas do texto lukacsiano, e que recobre o tema da consciência de classe. De um lado, o autor reconheceu as possibilidades de o capitalismo recorrer a mecanismos até então inéditos para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que a classe operária sucumbia às formas sociais engendradas pelas relações capitalistas, ou seja, à reificação. Por outro lado, e em função justamente dos impasses do movimento marxista da época, Lukács tinha de apostar em uma mal resolvida relação entre partido e classe, tendo em vista, em alguns momentos do texto, que o proletariado não conseguiria ir além da consciência social em suas formas econômicas, tal como ressaltado por Kautsky e, posteriormente, por Lênin.

Para terminar, gostaria de tecer algumas palavras acerca do significado da discussão de Lukács sobre os pontos trabalhados acima. O fato de que o autor tenha mostrado contradições insuperáveis em sua obra não significa que ela deva ser abandonada. Ao contrário, elas indicam não apenas os limites da leitura lukacsiana, mas também, e isso é o mais importante, os limites e impasses de uma discussão de época. Podemos dizer, portanto, que *História e Consciência de Classe* é um texto até hoje marcante não apenas pela renovação do marxismo que seu

autor buscou concretizar na obra. Também contribui decisivamente para sua fortuna o fato de que ela se constitui numa cristalização das contradições sociais do período em que foi concebida. Tal constatação também vale para os dias de hoje, em que não só a luta pela transformação social necessita resgatar o espírito de obras como a de Lukács, mas também compreender como esses diagnósticos podem nos ser úteis para o entendimento mais preciso do presente histórico e de seus problemas. Gostaria, enfim, de encerrar o texto com uma breve citação do prefácio à obra escrito em 1967, subvertendo um pouco o sentido original da frase. “Se a Fausto é permitido abrigar duas almas em seu peito, por que uma pessoa normal não pode apresentar o funcionamento simultâneo e contraditório de tendências intelectuais opostas quando muda de uma classe para outra em meio a uma crise mundial?” (LUKÁCS, 2003, p. 4).

Referências bibliográficas

- ARATO, Andrew. Lukács' Theory of Reification. *Telos*, n. 11, pp. 25-66, 1972.
- BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário* (1899). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997, pp. 74-86.
- BERTELLI, Antônio Roberto. *Marxismo e Transformações Capitalistas*. São Paulo: IPSO/IAP, 2000.
- COLLETTI, Lucio. *Marxismo y el 'Derrumbe' del Capitalismo*. México: Siglo XXI, 1986.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia* (1923). Porto: Afrontamento, 1977.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo* (1917). São Paulo: Centauro, 2008.
- LUKÁCS, G. “Lenin. Studie über den Zusammenhang seiner Gedanken” (1924). In: *Organisation und Illusion*. Politische Aufsätze III. Darmstadt/Neuwied: Luchterhand, 1977, pp. 209-301.
- _____. *A Defence of History and Class Consciousness. Tailism and Dialectic* (1925-6). Londres: Verso, 2002.
- _____. *História e Consciência de Classe* (1923). São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SHAIKH, Anwar. “An introduction to the history of crisis theories”. In: *US Capitalism in Crisis*, New York: URPE, pp. 219-41.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* (1947). São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- TERTULIAN, Nicolas. Metamorfoses da Filosofia Marxista: a Propósito de um Texto Inédito de Lukács. *Crítica Marxista*, n. 13, pp. 29-44, 2001.
- TRAGTENBERG, Maurício (Org.). *Marxismo Ortodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ŽIŽEK, Slavoj. “Georg Lukács as the Philosopher of Leninism”. In: BUTLER, Rex; ŽIŽEK, Slavoj; STEVENS, Scott. *The Universal Exception*. Londres: Continuum, 2006, pp. 94-123.